

Relatório de inspeção – UNIDADES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE SÃO LUIZ – MA

Dia 30 de junho de 2003 – O COMPLEXO DE PEDRINHAS

Por volta das 9:00 horas, na companhia do Dr. Expedito Moraes, Gerente Adjunto de Justiça e Cidadania e Dr. Walber Muniz, Subgerente de Estabelecimentos Penais, fomos à Gerência de Estado de Justiça e Cidadania¹, onde nos recebeu o Dr. Carlos Nina Cutrim, Gerente de Justiça e Cidadania. Ali foram prestadas algumas informações gerais relacionadas ao organograma da Gerência e às alterações administrativas realizadas no início deste ano em face da separação da área da segurança da área do sistema penitenciário. Foram fornecidos dados acerca do sistema e esclarecidas as principais dúvidas. Nos foi relatado o seguinte:

O problema de superlotação, com exceção do estabelecimento feminino, é grande. A proporção de número de presos e número de vagas é a seguinte:

- Casa de Detenção (regime fechado): 650 presos para 480 vagas.
- C.C.P.J. (presos provisórios): 205 presos para 160 vagas.
- Semi aberto: 500 presos para 300 vagas.

Com relação ao pessoal que trabalha no sistema, informou o Dr. Nina que aproximadamente 70% dos agentes penitenciários possuem curso superior e recebem o salário inicial de R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais)². O curso de formação dos agentes é realizado nas instalações da Academia de Polícia mas por corpo docente distinto e com currículo

¹ órgão criado pela Lei 7844 de 31 de janeiro de 2003 que desmembrou a antiga Gerência de Estado de Justiça, Segurança Pública e Cidadania – GEJUSPC, separando as áreas de justiça e sistema prisional da segurança pública.

² Estes dados são muito distintos dos apresentados no relatório do Conselho Penitenciário Estadual, onde consta que 1% dos agentes possui curso superior)

próprio. Ao agentes participaram recentemente de um curso de capacitação promovido pelo DEPEN. Elogiou a iniciativa de realização de mutirão de execução, que possibilitou a apreciação de muitos pedidos de livramento condicional. No entanto, reconheceu que o mutirão não resolve a questão ante a falta de seguimento no atendimento jurídico dos presos.

Às 10:00 horas saímos em direção ao Sistema Penitenciário de Pedrinhas, constituído pela Casa de Detenção, Centro de Custódia de Presos de Justiça - CCPJ e Penitenciária.

O setor inicialmente visitado foi a Penitenciária, onde também está o regime semi-aberto e o setor feminino. O Diretor é o Dr. Adelmo Araujo Correia, que acompanhou toda a visita.

Lá encontram-se recolhidos 500 (quinhentos) sentenciados, sendo que estão disponíveis apenas trezentas vagas. O déficit de 200 vagas fica claramente perceptível nas péssimas condições dos alojamentos (celas). Inicialmente planejados para receber dois sentenciados cada, abrigam, alguns, até seis. Em muitos destes, a laje, que faz as vezes de beliche, foi construída pelos próprios internos com recursos que de alguma forma obtiveram. Não há colchões em número suficiente e a solução com maior frequência encontrada são as redes.

Na enfermaria, seis internos estavam nos leitos do setor masculino e mais um no feminino pois, circunstancialmente, não havia nenhuma mulher. A situação é bastante precária. Os colchões de plástico não estavam cobertos por lençol, o que, em razão da alta temperatura, aumentava muito o desconforto. O primeiro interno entrevistado havia sido atingido por um tiro no abdômen e reclamava de dores e do incômodo causado pela bolsa de colostomia. Outro interno com febre alta e dores no peito, recolhido ali há sete dias, ainda não havia feito nenhum exame. Outro cuspiu sangue e sentia muitas dores. De acordo com as informações prestadas, nenhum exame é realizado nas

dependências do presídio e dependem de agendamento pelo SUS, o que pode demorar mais de dez dias; “Se é difícil agendar para o pessoal da rua, imaginem para quem está aqui” – este comentário feito por um dos funcionários revela a situação. Não havia médico presente. Há uma falta grande de remédios. As condições gerais de manutenção e higiene são absolutamente precárias.

Visitamos a cozinha que funciona em sistema de terceirização, sendo que as “quentinhas” são preparadas no próprio estabelecimento prisional. Sobre uma mesa estavam dispostas as “quentinhas” que seriam servidas no almoço. Continham arroz, feijão, salada de alface, batata cozida e filé de frango frito, tudo acondicionado em compartimentos separados. A aparência era boa e indagamos se todas as “quentinhas” possuíam aquela qualidade e qual a diferença entre aquelas e as comuns, sem divisória, redondas, que estavam empilhadas ali perto. A pessoa que distribuía a comida informou que era indiferente, que os presos podiam receber umas ou outras. Estava presente o gerente da empresa vencedora da licitação para fornecimento de alimento (“F. Oliveira”), e os presos que ali trabalhavam. Posteriormente pudemos verificar que aquelas “quentinhas” de melhor qualidade destinavam-se aos funcionários e que a comida servida aos internos era outra. As condições gerais da cozinha são pouco menos que razoáveis em razão especialmente das precárias condições de higiene.

Como estava se aproximando o horário do almoço, as caixas de isopor com as “quentinhas” já estavam nos carrinhos nos corredores. Abrimos algumas e realmente não eram aquelas que se encontravam na mesa da cozinha. Não são distribuídos talheres.

A má qualidade da comida servida foi uma das reclamações mais constantes. Durante toda a visita, conversamos com muitos presos em vários setores e não houve quem não reclamasse da comida. O cardápio

daquele dia era arroz, feijão e frango. O problema, segundo eles, é o péssimo preparo. Diziam que o arroz estava muito duro e azedo e a carne crua. Alguns chegaram a abrir com as mãos o frango e mostrar o sangue perto do osso. Muitos disseram que só recebiam carne de pescoço e costela. Tudo sem gosto. Reclamaram da sujeira, pois é com frequência que encontram cabelo e insetos no meio da comida. Muito raramente comem banana ou laranja e nunca verdura ou salada. Quando indagamos acerca das “quentinhas” contendo as divisórias, falaram que eram “as dos polícia” (forma pela qual os presos normalmente se referem aos agentes).

(OBS: PARECE QUE O EDITAL DIZIA QUE NÃO HAVERIA DISTINÇÃO ENTRE A COMIDA DOS PRESOS E AS DOS FUNCIONÁRIOS)

Nas visitas aos pavilhões conversamos com um grande número de internos. Todos muito ansiosos para relatar seus casos pessoais, bem como as condições gerais do estabelecimento. Esclarecemos o objetivo da visita e a impossibilidade de fazer atendimento individual. As maiores reclamações, expressas em tom ora de desespero ora de revolta, referiam-se à falta de material de higiene, especialmente papel higiênico, sabonete e pasta de dente (de acordo com alguns relatos a distribuição acontecia de seis em seis meses), à qualidade da comida e, sobretudo, às péssimas acomodações. O problema relacionado à assistência judiciária será analisado adiante. Alguns presos reclamaram da violência utilizada pela polícia militar quando da realização de uma revista nas celas há aproximadamente duas semanas. Disseram que alguns foram espancados e os objetos pessoais quebrados.

A reclamação referente ao fornecimento de material de higiene foi constante em todos os setores, inclusive no pavilhão feminino. Ali não há tampouco distribuição de absorventes com periodicidade e em quantidade suficientes. De acordo com os relatos, quem não recebe da família ou não tem como comprar simplesmente fica sem.

Dos internos do regime semi-aberto, poucos trabalham fora do presídio e a maioria que trabalha internamente exerce funções de manutenção. Nem todos são remunerados e o desconhecimento dos motivos que levam uns a receber alguma remuneração e outros não é motivo também de reclamação.

Há um pavilhão, denominado “Pavilhão do amor”, destinado à visita íntima.

A maior parte dos internos tem o tempo ocioso e permanece no pátio, recolhendo-se às celas na hora das refeições.

Nos pátios há muito mato e lixo espalhados.

As condições são um pouco melhores no pavilhão feminino. Há algumas celas individuais, embora atualmente, à exceção de duas, estejam sendo ocupadas por duas sentenciadas. As celas coletivas são mais espaçosas e arejadas que as masculinas. Há uma presa com bebê de poucos meses que ali permanecerá durante o período de amamentação. As mulheres geralmente não recebem visita íntima porque os maridos e companheiros não as visitam, embora seja permitida. Neste caso, se o marido ou companheiro está preso, a visita se dá na cela dele; caso contrário, elas podem utilizar o referido Pavilhão do Amor.

Há uma oficina de costura, com bom equipamento de trabalho e ar condicionado. Ali trabalham 17 presas que recebem pagamento por peça confeccionada. São fabricados camisetas e shorts esportivos, material destinado a um programa do governo federal. De acordo com a monitora do setor, poucas presas se interessam pelo trabalho porque são pouco disciplinadas e não gostam de ficar muito tempo “fechadas” dentro da oficina. Algumas presas com as quais conversamos manifestaram interesse pelo trabalho.

Visitamos a parte administrativa. Está sendo implantado um programa de informatização geral, aprovado pelo DEPEN, já utilizado no Sergipe. É denominado PAC - Programa de Administração Carcerária.. Atualmente todos os controles administrativos são feitos de forma manual, inclusive os atestados de remição, enviados ao Judiciário com bastante atraso. Há serviço de atendimento social e psicológico mas os profissionais são em número muito inferior ao necessário.

O setor de laborterapia é organizado, mas os relatórios para remição de penas apenas são enviados anualmente. Segundo estimado, 450 presos do sistema trabalham, mas apenas cerca de 200 recebem remuneração. Além do labor no preparo de refeições e no setor de malharia, há presos que atuam nas oficinas produzindo cadeiras de vime (que o Estado procura vender) e bolas (usadas em escolas e distribuídas gratuitamente à população). Os presos também trabalham individualmente, produzindo artesanato (cerâmica, imagens entalhadas em madeira etc.) que parentes de presos levam para vender em feiras.

Na área administrativa funciona o consultório médico e dentário. Há três médicos e três dentistas cuja escala de trabalho nos foi apresentada. Não há médicos todo o tempo e um deles dedica-se à realização de cirurgias de presos em hospital da rede pública. Uma funcionária do setor inquiriu o Dr. Expedito sobre a crônica falta de medicamentos, ao que parece devida a problemas no processo licitatório.

Há um laboratório de informática (com computadores ultrapassados, modelo 586) e alguns presos recebem ensino sobre o tema, o qual serve para fins de remição, eis que o Poder Judiciário maranhense vem admitindo a remição pelo estudo.

O setor de assistência judiciária conta com dois agentes que são bacharéis e um advogado dos quadros da Gerência. Há uma sala para

o Ministério Público e uma sala para advogado mas não há defensor público dedicado à prestação de assistência judiciária no presídio. Quando indagamos acerca da existência de livro de registro de correição, por parte do juiz de execução e/ou Ministério Público, nos informaram que não há registro das visitas, embora elas aconteçam (nossa visita não foi tampouco registrada).

O setor de assistência judiciária elabora o parecer jurídico nos pedidos de benefício. Não há ficha de controle da situação processual de cada preso nem informatização do setor. O computador disponível é utilizado como máquina de escrever para elaborar pedidos e relatórios. Há um livro de controle das entrevistas dos presos no setor, no qual pudemos contatar que aquelas são esparsas, o que confirmou os relatos dos presos. O setor dedica poucos dias ao mês para atendimento de presos e, mesmo nesses dias, poucos são ouvidos. Não há um controle dos pedidos de entrevistas dos presos e nem um meio eficaz de comunicação entre o preso e seu defensor. O preso que desejar ser atendido por advogado precisa pedir para um agente penitenciário e o setor de Assistência Judiciária não por hábito convocar presos para esclarecer sua situação prisional.

A reclamação dos internos acerca da assistência judiciária é constante. Todos com que conversamos afirmavam que já estavam com tempo de pena vencido. Embora se trate claramente de confusão entre tempo de cumprimento de pena e cumprimento de tempo necessário à interposição de pedido de benefício, a percepção geral é de abandono, de que não há ninguém cuidando da questão jurídica, o que causa enorme apreensão, especialmente entre aqueles que não tem familiares na cidade. A afirmação mais constante era a de que não há advogado no presídio. Vale notar que não nos foi fornecida – como prometido – a situação processual dos presos cujos nomes anotamos.

Visitamos a Casa de Detenção, dirigida pelo Dr. Teixeira. As condições de higiene aqui são ainda piores. Há lixo, restos de comida, larvas de insetos e mau-cheiro por todo lado. As celas de seguro e disciplinar são absolutamente insalubres, sem ventilação e superlotadas.

O presídio está localizado num declive do terreno vizinho ao da Penitenciária. Conta com nove pavilhões que nada mais são que três edifícios compridos separados por um estreito corredor de ventilação e cortados, perpendicularmente, por dois corredores de circulação na forma de rampas. Em cada um dos pavilhões há um corredor central interno (bastante estreito e escuro), para o qual estão voltadas as celas; sua porta é voltada ao corredor de circulação. As celas, que abrigam cerca de dez presos cada praticamente não possuem ventilação. Além da porta, voltada ao corredor interno, possuem uma grade no alto da parede e outra no alto (teto), acima da qual situa-se o telhado, feito de telhas "Eternit". Como os pavilhões são dispostos num declive e muito próximos uns dos outros, a ventilação é quase nula e o calor ultrapassa facilmente os 40° C por volta do meio-dia. Nos foi dito que serão instaladas na parede das celas aberturas gradeadas medindo 17 X 200 cm, mas não cremos que isso alterará decisivamente a situação. Dado o pequeno tamanho do único pátio disponível no presídio (pouco maior que uma quadra de esportes), os presos somente saem das celas em turnos de duas horas, duas vezes por semana. Foi afirmado que, dos 650 presos, 120 estudam e 150 trabalham.

Os presos recolhidos na cela de seguro tomam sol duas vezes por semana por aproximadamente 40 minutos. Passam todo o resto do tempo recolhidos, sem nenhuma atividade. Não há televisão nem rádio. Além das mesmas queixas relacionadas à falta de advogado, de material de higiene e à má qualidade da comida, reclamaram de maus tratos.

A outra unidade visitada é a CCPJ - Casa de Custódia de Preso da Justiça, dirigida pelo Dr. Maércio. Destina-se a recolher presos que aguardam julgamento. No entanto, assim como existem presos provisórios na Casa de Detenção, existem presos condenados neste setor. De acordo com o Diretor, aqui a insegurança é maior e os presos mais perigosos. Nosso acesso foi mais restrito.

Visitamos a seguir a unidade prisional que será inaugurada em 40 dias. Trata-se de estrutura inicialmente concebida para mais de 300 vagas. No entanto, apenas um pavilhão de celas foi construído e, quando inaugurada, esta penitenciária acrescentará apenas 104 vagas ao sistema penitenciário do Maranhão. De acordo com as informações prestadas, a planta foi aprovada pelo DEPEN e os recursos liberados em situação de emergência. A atual gestão recebeu a obra quase pronta. No entanto, para possibilitar a inauguração algumas mudanças estão sendo feitas. Na passagem para o raio das celas, por exemplo, existiam corrimões feitos com barras de ferro absolutamente inadequadas e que serão retiradas e substituídas por estrutura de cimento. Nos beliches também existem canos de ferro que serão substituídos por canos de PVC preenchidos com cimento. Algumas celas não possuem ventilação nem iluminação de modo que está sendo quebrado o cimento para a inserção de uma pequena abertura horizontal próxima ao teto medindo 17 X 200 cm. Outras reformas se afiguram necessárias e, de acordo com as informações colhidas, embora a planta tenha sido aprovada, não foi elaborada por alguém com conhecimentos básicos acerca do sistema penitenciário. Os custos decorrentes da necessidade de alteração da planta original estão sendo calculados pela Sra. Cristiana, agente penitenciária e engenheira civil que foi deslocada para coordenar este trabalho, o que vem realizando com grande empenho e entusiasmo. A ela foi solicitado que envie um relatório completo das alterações realizadas uma vez que, segundo nos foi dito, o projeto original foi aprovado e encaminhando pelo DEPEN, e não pode ser reproduzido sem as necessárias adequações.

Dia 1º de julho de 2003 – A CASA DE ASSISTÊNCIA AO EGRESSO E AO ALBERGADO

Neste dia visitamos a Casa do Albergado em companhia do Dr. Expedito.

A Casa do Albergado está situada no Centro Histórico de São Luís. Foi criada em 1991. Por tratar-se de patrimônio tombado, são limitadas as possibilidades de reforma do imóvel que, inobstante, está bem cuidado e asseado.

Os alojamentos destinam-se unicamente aos sentenciados do sexo masculino. Atualmente são 42. Eles permanecem ali no período noturno (das 20:00 h. às 6:00 h.) e, durante o dia, ou se encontram trabalhando ou junto às famílias. Em razão deste fato, tivemos contato apenas com um sentenciado que ali permanece pois a família está distante.

A vizinhança sempre foi bastante preconceituosa mas a desconfiança tem sido um pouco reduzida em razão dos eventos organizados na Casa pela Sra. Marinalva, agente encarregada de administra-la desde 1996, cuja atuação demonstra um grande comprometimento e idealismo. Como exemplo, há poucos dias ela havia organizado uma festa junina em que os sentenciados participaram da organização e decoração e que contou com a presença dos moradores das redondezas.

Trabalham na Casa, além da Sra. Marinalva, mais oito funcionários. À noite permanecem ali dois agentes. A assistente social procura, ao máximo, envolver as famílias no processo de ressocialização e realiza também um grande esforço na busca de vagas no mercado de trabalho (encontrando aí os problemas esperados). O índice de regressão não chega a 4%.

Atualmente não há cumprimento de pena de limitação de fim de semana na Casa do Albergado o que, em passado recente, acontecia com frequência. O Poder Judiciário tem preferido outras alternativas, considerando que a convivência com os condenados nos finais de semana não é positiva.

O número de “quentinhas” fornecidas é bem inferior ao número de sentenciados mas isso não chega a ser um problema pois a maioria deles, quando retorna à noite, já fez a refeição.

A população atualmente existente divide-se em duas partes iguais, entre aqueles que obtiveram progressão de regime e aqueles para quem foi fixado inicialmente o regime aberto.

Embora o alojamento esteja totalmente ocupado (são vários beliches enfileirados com um mínimo espaço entre eles), de acordo com a Sra. Marinalva, a Casa não deixa de receber ninguém e tem respondido bem à demanda existente. Se necessário, coloca-se uma rede a mais.

A Casa do Albergado, enfim, em nada evoca um estabelecimento prisional e, especialmente em razão da dedicação da Sra. Marinalva, tem mesmo ares de “casa”.

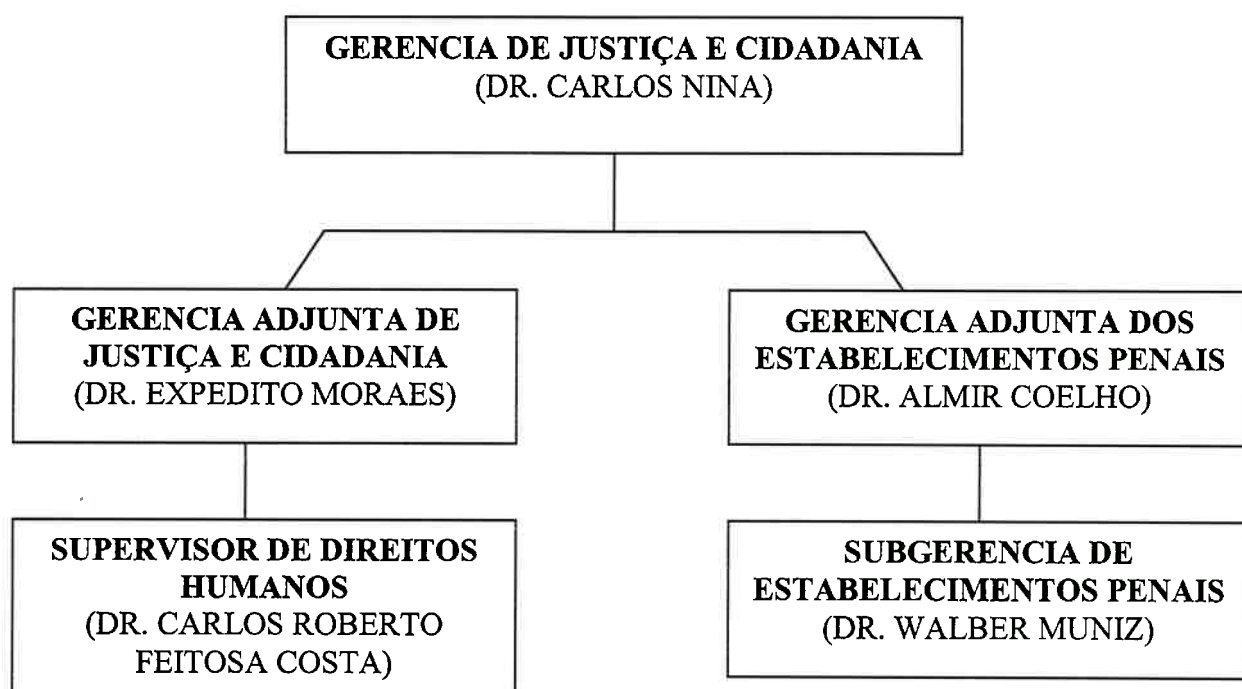
OBSERVAÇÕES FINAIS:

As recentes reformulações administrativas levadas a efeito na Gerência que tem o sistema prisional sob sua responsabilidade ainda não

causaram impacto na dura realidade do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Os projetos existentes são muitos. Há a perspectiva da inauguração de nova unidade e da realização de algumas obras de infra-estrutura. Demais disso, o Dr. Expedito Moraes tem implantado uma visão moderna e participativa junto aos funcionários, nos diversos níveis hierárquicos, buscando envolvê-los na busca de soluções.

Cumprе ressaltar que, de acordo com o organograma hoje vigente, duas Gerências Adjuntas estão subordinadas à Gerência de Justiça e Cidadania:



De acordo com o que nos foi informado, o Dr. Expedito tem estado à frente das iniciativas da área penitenciária pois a Gerência Adjunta respectiva permaneceu, por um período, sem titular.

O Dr. Expedito demonstrou grande dinamismo e entusiasmo mesmo diante de problemas tão profundos. Reconheceu em diversas oportunidades que a situação é mesmo caótica mas acredita que as

medidas adotadas levarão à mitigação dos problemas em breve. Como exemplo de seu método de trabalho, vale deixar consignada a criação de comissões temáticas, integradas só pelo pessoal do sistema, responsáveis pelo acompanhamento de um plano anual.

As comissões são as seguintes: saúde, alimentação, ressocialização (abrange educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, artes), infraestrutura, segurança e geral (composta pelos dirigentes das demais). Por serem as comissões compostas pelo pessoal do próprio sistema, eles se sentem mais motivados e valorizados pois são chamados também a opinar e decidir. Como exemplo, a Engenheira Cristiana, encarregada da comissão de infraestrutura, é agente penitenciária e, antes, jamais tivera oportunidade de aplicar seus conhecimentos técnicos no trabalho. São dela as iniciativas de adequação do estabelecimento que será em breve inaugurado.

Muitos dos problemas detectados no Complexo Penitenciário de Pedrinhas haviam já sido diagnosticados pelo Dr. Exedito e algumas medidas estão sendo tomadas, em especial na parte de infraestrutura. Se cumpridas as suas expectativas, em no máximo 60 dias a visão será menos desoladora.

Há problemas de duas ordens, porém, que devem ocupar o topo da escala de prioridades. Trata-se da questão da higiene e do atendimento jurídico. Algumas situações são inconcebíveis, como a sujeira encontrada (em local próximo às celas acumulavam-se centenas de larvas de mosca varejeira) e a falta de fornecimento de material de higiene pessoal, destacando-se a absurda situação das mulheres que não recebem sequer absorventes higiênicos. No tocante à questão jurídica, é urgente a organização do serviço, sendo de todo aconselhável a realização não apenas de mutirões esporádicos mas de aproximação institucional com a Defensoria Pública. A generalidade de reclamações de pena vencida não pode ficar sem resposta e a questão penitenciária


deve ser tratada como prioritária pela Defensoria Pública, eis que se trata de uma questão em que direitos fundamentais encontram-se flagrantemente violados.

Por fim, é recomendável a criação de uma Ouvidoria do Sistema Penitenciário, para que denúncias referentes à tortura e mesmo à corrupção venham à tona e sejam devidamente apuradas.

São Luiz, 30 de junho/1º de julho de 2003-



ANA SOFIA SCHMIDT DE OLIVEIRA



CARLOS WEIS



Ministério da Justiça

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Ofício nº 084 /2003

Brasília, 12 de agosto de 2003.

Exmo. Senhor

Dr. ALMIR COELHO

Gerente Adjunto dos Estabelecimentos Penais do Estado

Assunto: **Providências**

Senhor Gerente Adjunto

1. De ordem do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, encaminho cópia dos autos para que Vossa Excelência se manifeste sobre a matéria no prazo de 60 (sessenta) dias conforme determina o relatório dos Conselheiros que realizaram visita de inspeção nos estabelecimentos prisionais deste Estado.

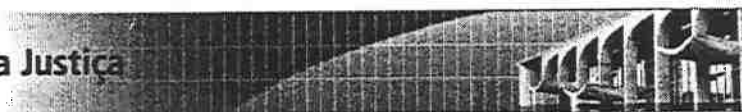
2. Informo, ainda, que o Dr. Carlos Nina e o Dr. Expedito Moraes receberam ofício solicitando manifestação.

Atenciosamente,

LUCIANE ESPÍNDOLA DE AMORIM SOUZA
Secretária do CNPCP



Ministério da Justiça



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Ofício nº 080 /2003

Brasília, 12 de agosto de 2003.

Exmo. Senhor

Dr. EXPEDITO DE MORAES

Gerente Adjunto de Justiça e Cidadania do Estado

Assunto: **Providências**

Senhor Gerente Adjunto

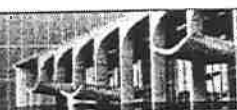
1. De ordem do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, encaminho cópia dos autos para que Vossa Excelência se manifeste sobre a matéria no prazo de 60 (sessenta) dias conforme determina o relatório dos Conselheiros que realizaram visita de inspeção nos estabelecimentos prisionais deste Estado.
2. Informo, ainda, que o Dr. Carlos Nina e o Dr. Almir Coelho receberam ofício solicitando manifestação.

Atenciosamente,

LUCIANE ESPÍNDOLA DE AMORIM SOUZA
Secretária do CNPCP



Ministério da Justiça



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Ofício nº 079 /2003

Brasília, 12 de agosto de 2003.

Exmo. Senhor

Dr. CARLOS NINA EVERTON CUTRIN

Gerente de Justiça e Cidadania do Estado

Assunto: **Providências**

Senhor Gerente

1. De ordem do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, encaminho cópia dos autos para que Vossa Excelência se manifeste sobre a matéria no prazo de 60 (sessenta) dias conforme determina o relatório dos Conselheiros que realizaram visita de inspeção nos estabelecimentos prisionais deste Estado.
2. Informo, ainda, que o Dr. Almir Coelho e o Dr. Expedito Moraes receberam ofício solicitando manifestação.

Respeitosamente,

LUCIANE ESPÍNDOLA DE AMORIM SOUZA
Secretária do CNPCP



CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

Memorando/MJ Nº 070 /2003

Brasília, 12 de agosto de 2003

Para: Dr.a Claudia Maria de Freitas Chagas
Secretária Nacional de Justiça/MJ

Assunto: **Conhecimento.**

Senhora Secretária;

1. De ordem do Senhor Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, encaminho para conhecimento de Vossa Excelência, cópia do Relatório de Inspeção realizada nas Unidades dos Sistema Penitenciário do Estado do Maranhão, pelos Conselheiros Carlos Weis e Ana Sofia S. de Oliveira.

Respeitosamente,


LUCIANE ESPÍNDOLA DE AMORIM SOUZA
Secretária do CNPCP